

Constituinte, dívida e inflação,

desafios para o Brasil

13 ABR 1988

ESTADO DE SAO PAULO

ESTADO DE SAO PAULO

Na opinião do presidente José Sarney, o Brasil tem três grandes desafios a vencer, no momento atual: a Constituinte, que precisa concluir logo seus trabalhos; a dívida externa e a inflação. "Em relação à dívida externa, é preciso lembrar que só as sociedades tribais têm condições de viver isoladas do resto do mundo. Uma nação, que se pretenda moderna, tem de se integrar ao mercado internacional. Por isso, precisamos realmente equacionar, com realismo, o problema da dívida externa brasileira. Quanto à inflação, apesar dos colchões de ar representados pela correção monetária e pela URP, em relação aos salários, ela precisa ser combatida, porque corrói sobretudo a confiança e cria uma cultura do catastrofismo. Além disso, a inflação é concentradora de renda e injusta", disse o presidente.

Para enfrentar esses dois desafios econômicos — a dívida externa e a inflação — Sarney concorda que é preciso combater o déficit público,

mas discorda da ênfase e do enfoque dados pela imprensa sobre o assunto: "O déficit mistura problemas históricos, como a dívida interna, com problemas atuais, como as contas públicas. Não é tão simples assim". Quanto ao combate, ele só acredita num meio: "A liberalização da economia". O presidente acha que é fundamental para o Brasil se modernizar: "Um dia destes, estive aqui com o presidente internacional da Alcoa e fiz uma comparação para ele. O Brasil é como uma grande indústria que foi construída e foi sendo ampliada à base de endividamento. Chegou um ponto que, para produzir com índices aceitáveis de produtividade, é preciso modernizar suas linhas. É isso que estamos tentando."

FIM DOS CARTÓRIOS

Modernizar, para Sarney, significa acabar com os cartórios. Os cartórios que se seguram à base da proibição de importações de produtos similares vindos do Exterior, por

exemplo. Cauteloso em relação ao assunto, até porque existe uma lei tarifária sendo debatida, o presidente não esconde, contudo, sua intenção de prestigiar uma política que reduza tarifas alfandegárias, de modo a forçar o empresário brasileiro a ser mais competitivo no mercado externo. Outra medida liberalizante, que Sarney pretende implantar numa política econômica sem pacotes, é a gradativa liberação do sistema de preços do famoso CIP.

"O problema fundamental é que a crise brasileira é mesmo política. Tenho viajado pelo Brasil real e só posso ficar feliz com o desempenho econômico da sociedade brasileira. Apesar de toda a crise, nos últimos dois anos conseguimos ultrapassar a barreira histórica do decênio anterior, com um patamar de produção de 50 milhões de toneladas de grãos, atingindo agora 67 milhões de toneladas. Esse Brasil real sustenta um mercado de capitais sólido e florescente, comparável ao

de muitos países desenvolvidos. A sociedade brasileira assegura uma produção capaz de produzir superávits comerciais permanentes", argumentou.

CORAGEM

Enfrentar o que Sarney chama de "crise do Estado" certamente não é uma tarefa fácil. Primeiro porque envolve o trabalho de um poder fora do controle presidencial, a Constituinte. Segundo porque as medidas necessárias para a correção podem ser bastante impopulares. "Coragem nunca me faltou. Quando eu anunciei o Plano Cruzado, por exemplo, tinha plena noção de que meu pescoço estava correndo o risco de se submeter à guilhotina", comparou o presidente, na conversa informal, durante a audiência.

Sarney sabe que não bastam palavras. "O País se corporativizou demais. As pessoas defendem, com unhas e dentes, privilégios conquistados ao longo dos anos. Esta é uma questão de tempo. Mas a verdade é

que o Brasil não pode se deixar paralisar por esse tipo de inércia, sob pena de nosso parque industrial se tornar obsoleto e, por isso, perder a condição de competitividade no mercado externo. Muito está sendo feito pelo governo neste sentido. Se isso não aparece é porque todos estão muito concentrados no debate político", ele reconheceu.

A reserva de mercado para os produtos de tecnologia de ponta é um dos desafios mais sérios para qualquer governo que pretenda liberalizar a economia brasileira. Mas, se Sarney não é tão ousado quando aborda o tema, também não deixa de manifestar suas esperanças de um dia poder tratar o assunto de forma mais contemporânea e aberta, sem os riscos do chauvinismo xenófobo. "O fim do prazo da Lei de Informática está para acontecer e certamente a sociedade brasileira vai substituí-la por um texto mais moderno, que não isole o País do mercado internacional e

não deixe a indústria nacional desprotegida", tateou.

Sarney também prefere evitar polémicas em relação a assuntos explosivos como o confronto armado entre o Planalto e o Senado por causa da CPI instalada para investigar corrupção na administração pública. "A Folha" está fazendo uma grande celeuma em torno desse tal decreto das obras públicas. Ora veja, vieram dez pessoas a meu gabinete, representando várias entidades. Mandei Marco Maciel, que era o chefe do Gabinete Civil à época, examinar o tema e a solução veio na forma do decreto. O Plano Cruzado congelou tudo em 1º de março e descongelou em 26 de novembro. Não vejo como eu estaria sendo justo se deixasse as empreiteiras falirem não descongelando os valores de seus contratos", disse, negando também a existência do conflito entre seu governo e o Poder Legislativo.

(JNP)